

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE**

2018

**DENOMINAÇÃO** CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO

**MORADA** Praça Exército Libertador

**N. 53**      **ANDAR**                      **LOCALIDADE**      Carvalhido

**FREGUESIA**      Ramalde

**CONCELHO**      Porto

**COD. POSTAL** 4250-205

EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIREÇÃO**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA** \_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

\_\_\_\_\_

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	9 015,54	8 599,45
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	710,99	422,91
		9 726,53	9 022,36
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	6	78,81	69,01
Créditos a receber	11.14	129,00	85,64
Estado e outros entes públicos	11.7	1 119,40	16,22
Diferimentos	11.2	61 106,77	69 280,72
Outros activos correntes	11.3	0,00	620,07
Caixa e depósitos bancários	11.4	29 108,69	59 287,89
		91 542,67	129 359,55
<b>Total do ativo</b>		101 269,20	138 381,91
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.5	3 811,21	3 811,21
Resultados transitados	11.5	88 252,22	113 976,37
		92 063,43	117 787,58
Resultado líquido do período		-38 362,84	-25 724,15
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		53 700,59	92 063,43
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.6	400,71	858,84
Estado e outros entes públicos	11.7	6 392,48	5 946,25
Diferimentos	11.2	583,80	708,20
Outros passivos correntes	11.8	40 191,62	38 805,19
		47 568,61	46 318,48
<b>Total do passivo</b>		47 568,61	46 318,48
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		101 269,20	138 381,91

A Direção

Contabilista Certificado

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Contribuinte 500886024

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	7	51 442,64	52 970,92
Subsídios, doações e legados à exploração	8 / 11.9	268 633,82	273 954,26
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-12 632,61	-16 611,56
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-93 705,47	-83 943,04
Gastos com o pessoal	9	-249 138,50	-247 145,60
Outros rendimentos	11.11	152,08	163,50
Outros gastos	11.12	-316,69	-2 553,12
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-35 564,73</b>	<b>-23 164,64</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-2 798,11	-2 559,51
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-38 362,84</b>	<b>-25 724,15</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-38 362,84</b>	<b>-25 724,15</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-38 362,84</b>	<b>-25 724,15</b>

A Direção

Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500886024

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2018	2017	2017
Vendas e serviços prestados	7	14 721,04	36 721,60	52 970,92
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-73 812,51	-163 258,30	-263 757,16
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-59 091,47</b>	<b>-126 536,70</b>	<b>-210 786,24</b>
Outros Rendimentos		74 059,48	161 163,50	274 117,76
Gastos administrativos	4/11.10	-19 762,96	-59 671,98	-86 502,55
Outros Gastos	11.12	-89,06	-188,06	-2 553,12
<b>Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)</b>		<b>-4 884,01</b>	<b>-25 233,24</b>	<b>-38 362,84</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00		0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-4 884,01</b>	<b>-25 233,24</b>	<b>-38 362,84</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00		0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4 884,01</b>	<b>-25 233,24</b>	<b>-38 362,84</b>

A Direção

Contabilista Certificado

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		51 054,18	52 964,54
Pagamentos a fornecedores		90 185,65	79 036,36
Pagamentos ao pessoal		155 567,98	155 298,53
Caixa gerada pelas operações		-194 699,45	-181 370,35
Outros recebimentos/pagamentos		158 800,49	171 221,09
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-35 898,96	-10 149,26
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		3 615,74	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		152,08	152,50
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3 463,66	152,50
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		8 840,00	1 248,97
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		8 840,00	1 248,97
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		59 287,89	69 125,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	29 108,69	59 287,89

A Direção

Contabilista Certificado



# **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO**

**Anexo**

**Demonstrações Financeiras**

**2018**

---

**Índice**

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	11
5	Ativos Intangíveis .....	11
6	Inventários .....	12
7	Rédito .....	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	13
9	Benefícios dos empregados .....	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras Informações .....	14
11.1	Investimentos Financeiros .....	14
11.2	Diferimentos .....	14
11.3	Outros Ativos Correntes.....	14
11.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	15
11.5	Fundos Patrimoniais .....	15
11.6	Fornecedores .....	15
11.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	15
11.8	Outros Passivos Correntes.....	16
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	16
11.10	Fornecimentos e serviços externos .....	16
11.11	Outros rendimentos.....	17
11.12	Outros gastos .....	17
11.13	Resultados Financeiros .....	17
11.14	Créditos a Receber .....	17
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	18
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

---

## **1 Identificação da Entidade**

---

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº76 de 1 de Abril de 1957, com sede na Praça Exército Libertador, n.º 53 Porto.

Tem como objetivos contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as Instituições Privadas, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

## **3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



---

**3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

**3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

**3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

**3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

---

**3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

**3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

**3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

**3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

**3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

**3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

---

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

#### 3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

---

### 3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

---

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Edifícios e Outras Construções	1 177,16	0,00	0,00	0,00	1 177,16
Equipamento Básico	83 982,18	3 214,20	0,00	0,00	87 196,38
Equipamento Administrativo	15 440,60	0,00	0,00	0,00	15 440,60
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 885,11	0,00	0,00	0,00	1 885,11
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>102 485,05</b>	<b>3 214,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>105 699,25</b>
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	1 177,16	0,00	0,00	0,00	1 177,16
Equipamento Básico	75 382,73	2 798,11	0,00	0,00	78 180,84
Equipamento Administrativo	15 440,60	0,00	0,00	0,00	15 440,60
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 885,11	0,00	0,00	0,00	1 885,11
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>93 885,60</b>	<b>2 798,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>96 683,71</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>8 599,45</b>	<b>416,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9 015,54</b>

## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Programas de computador	1.832,58	0,00	0,00	0,00	1.832,58
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>1.832,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.832,58</b>
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	1.832,58	0,00	0,00	0,00	1.832,58
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>1.832,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.832,58</b>
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	78,81	69,01
<b>Total</b>	<b>78,81</b>	<b>69,01</b>

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	69,01	66,03
Compras	2 267,27	2 450,36
Doações	10 375,14	14 164,18
Saldo Final	78,81	69,01
<b>Gastos do Período</b>	<b>12 632,61</b>	<b>16 611,56</b>

## 7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>51 442,64</b>	<b>52 970,92</b>
Quotas de utilizadores	51 442,64	52 970,92
<b>Outros Réditos</b>	<b>0,00</b>	<b>11,00</b>
Indemnização seguros	0,00	11,00
<b>Juros</b>	<b>152,08</b>	<b>152,50</b>
Juros e rendimentos aplicações financeiras	152,08	152,50
<b>Total</b>	<b>51 594,72</b>	<b>53 134,42</b>

## 8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018			2017			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00	0,00	246 839,35	0,00	0,00	255 709,56
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>246 839,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>255 709,56</b>

## 9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram de “8”.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 e 2018 foi de “16”

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	198 571,89	196 558,97
Indemnizações	325,77	62,20
Encargos sobre as Remunerações	44 244,06	43 867,41
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 223,36	5 013,45
Outros Gastos com o Pessoal	773,42	1 643,57
<b>Total</b>	<b>249 138,50</b>	<b>247 145,60</b>

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
Fundo Compensação do Trabalho	710,99	422,91
<b>Total</b>	<b>710,99</b>	<b>422,91</b>

### 11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	1 058,56	435,28
Rendas Antecipadas	1 400,00	1 400,00
Obras Remodelação	58 648,21	67 445,44
<b>Total</b>	<b>61 106,77</b>	<b>69 280,72</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Mensalidades Creche	196,00	97,20
Mensalidades JI	387,80	611,00
<b>Total</b>	<b>583,80</b>	<b>708,20</b>

### 11.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Calvário do Carvalhido	0,00	307,97
Cartão Montepio	0,00	312,10
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>620,07</b>

### 11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	4,12	23,65
Depósitos à Ordem	3 260,79	24 264,24
Cartão Recarregável	343,78	0,00
Depósitos a Prazo	25 500,00	35 000,00
<b>Total</b>	<b>29 108,69</b>	<b>59 287,89</b>

### 11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3 811,21	0,00	0,00	3 811,21
Resultados Transitados	113 976,37	0,00	25 724,15	88 252,22
<b>Total</b>	<b>117 787,58</b>		<b>-25 724,15</b>	<b>92 063,43</b>

### 11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	400,71	858,84
<b>Total</b>	<b>400,71</b>	<b>858,84</b>

### 11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 119,40	16,22
<b>Total</b>	<b>1 119,40</b>	<b>16,22</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	1 578,00	1 352,00
Segurança Social	4 788,47	4 571,65
Fundo Compensação do Trabalho	26,01	22,60
<b>Total</b>	<b>6 392,48</b>	<b>5 946,25</b>

### 11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	0,00	0,00	4,00
Remunerações a pagar	0,00	4,00	0,00	4,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	40 191,62	0,00	38 627,69
Remunerações a liquidar	0,00	37 787,35	0,00	35 818,88
Eletricidade	0,00	240,77	0,00	280,02
Água	0,00	79,55	0,00	91,74
Refeições	0,00	2 083,95	0,00	2 437,05
Outras devedores e credores	0,00	0,00	0,00	173,50
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	173,50
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>40 191,62</b>	<b>0,00</b>	<b>38 805,19</b>

### 11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	246 839,35	255 709,56
Doações e heranças – donativos	21 794,47	18 244,70
<b>Total</b>	<b>268 633,82</b>	<b>273 954,26</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

### 11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos – refeições	27 185,40	29 109,30
Serviços especializados	29 740,38	19 418,72
Materiais	1 040,88	1 657,79
Energia e fluídos	5 341,66	6 040,73
Deslocações, estadas e transportes	2,40	19,55
Serviços diversos	29 177,12	27 581,10
Encargos com Utentes	1 217,63	115,85
<b>Total</b>	<b>93 705,47</b>	<b>83 943,04</b>

**11.11 Outros rendimentos**

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>0,00</b>	<b>11,00</b>
Outros	0,00	11,00
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>152,08</b>	<b>152,50</b>
Juros obtidos	152,08	152,50
<b>Total</b>	<b>152,08</b>	<b>163,50</b>

**11.12 Outros gastos**

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	<b>0,00</b>	<b>359,04</b>
Imposto sobre valor acrescentado	0,00	359,04
<b>Outros</b>	<b>316,69</b>	<b>2 194,08</b>
Quotizações	198,00	198,00
Multas não fiscais	0,00	1 793,93
Correcções relativas a exercícios anteriores	118,69	202,15
<b>Total</b>	<b>316,69</b>	<b>2 553,12</b>

**11.13 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	152,08	152,50
<b>Total</b>	<b>152,08</b>	<b>152,50</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>152,08</b>	<b>152,50</b>

**11.14 Créditos a Receber**

A rubrica “Créditos a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Utentes	129,00	85,64
<b>Total</b>	<b>129,00</b>	<b>85,64</b>

---

**11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

Creches : 20

Jardim de Infância: 66

Centro de Convívio: 45

**11.16 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção

